

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**ESCOLAS DO CAMPO E A ADEQUAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO À MUDANÇA DA NOMENCLATURA DO COLÉGIO ESTADUAL
DO CAMPO PADRE VICTOR COELHO DE ALMEIDA, PITANGA/PR.**

MATINHOS

2014

EINI VITOR FERREIRA

**ESCOLAS DO CAMPO E A ADEQUAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO À MUDANÇA DA NOMENCLATURA DO COLÉGIO ESTADUAL
DO CAMPO PADRE VICTOR COELHO DE ALMEIDA, PITANGA/PR.**

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção de certificação do curso de Especialização
em Educação do Campo da Universidade Federal do
Paraná – Setor Litoral

Professora orientadora: Flávia Motta Lima Guedes

MATINHOS

2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	05
2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.....	05
2.2 CONHECENDO O COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PADRE VICTOR COELHO DE ALMEIDA – E.F.M.	08
2.3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	09
3. METODOLOGIA.....	10
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	11
4.1 OS TRABALHOS PELA MUDANÇA DO P.P.P.	11
4.2 RESULTADOS OBTIDOS	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	14

**ESCOLAS DO CAMPO E A ADEQUAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO À MUDANÇA DA NOMENCLATURA DO COLÉGIO ESTADUAL
DO CAMPO PADRE VICTOR COELHO DE ALMEIDA, PITANGA/PR.**

Eini Vitor Ferreira

eini_nt@hotmail.com

RESUMO: Os colégios estaduais que estão fora do perímetro urbano, em 2012 puderam optar pela mudança de nome ficando: Colégio Estadual do Campo. Mas o que esta nomenclatura trouxe de mudanças quanto ao Projeto Político Pedagógico da escola, será o tema abordado nesta pesquisa de campo. Sempre é necessário adequar o Projeto Político Pedagógico ou P.P.P. da escola com sua realidade atual. Os planos de ação docente também devem ter esta característica, apesar de seguirem uma diretriz normativa para os conteúdos no Estado do Paraná, a metodologia pode e deve ser adequada àqueles alunos com quem serão trabalhados. Tendo como documento norteador, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, tal adequação do P.P.P. bem como as mudanças ocorridas devem ser pautadas para que este documento descreva a escola e suas atividades e isto será acompanhado e descrito.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político Pedagógico, Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, Nomenclatura.

1. INTRODUÇÃO

Com histórico de negação, sublimação, a educação do campo no Brasil passou por anos difíceis. Mas através de reivindicações sindicais, lutas de camponeses, a educação no campo passou a um vislumbre maior a partir da Constituição Federal de 1988, e da LDB 9394/96.

No Estado de Paraná, as Diretrizes Curriculares da Educação no Campo (2006), trouxeram novas perspectivas de mudanças, de melhorias e reconhecimento as particularidades que cada comunidade do campo tem e merece ser relevante na educação formal dos seus jovens.

Com a nova nomenclatura, permitiu-se um novo olhar nesta escola que está inserida na comunidade do Rio XV de Baixo, distrito do município de Pitanga, e conta com a participação e assim deverá ser o retrato dela, e conseqüentemente, trazendo melhorias à ela.

São estas mudanças que iremos acompanhar neste estudo, uma realidade, uma vontade de fazer a diferença na formação destes alunos em cidadãos conscientes de seus papel e lugar na comunidade que o cerca.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

Educação no campo e para os povos do campo nem sempre esteve em discussão. O modelo de educação do Brasil Império (1822), até meados do século XX, era uma educação para a elite econômica e intelectual e a primeira Lei, ainda no período imperial, quando se reporta à educação, não se ateu às especificidades diretas da zona rural onde a maior parte da população brasileira vivia.

CARVALHO (2008) constata que, “até 1930, o Brasil era predominantemente agrícola”. O senso de 1920, por exemplo, registrou que

“apenas 16,6% da população viviam em cidades de 20 mil habitantes ou mais [...] e 70% se ocupavam de atividades agrícolas”. A Constituição de 1934 – não beneficiou os que residiam e trabalhavam nas áreas rurais, à exceção dos filhos das elites agrárias.

Com a Constituição de 1988 garantiu-se “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o artigo 206 prescreve: a “educação é direito de todos e dever do Estado e da família” (artigo 205), mas não cita diretamente a educação do/no campo.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, trouxe em si “avanços” mesmo tendo interesses neoliberais nas entrelinhas, proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo. No artigo 28 da LDB aponta um direcionamento específico à escola do campo. O artigo prescreve que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

A educação do campo volta em discussão, como por exemplo, nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº. 1, de 3 de abril de 2002 (MEC, 2002); as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná (SEED/PR, 2006); e os inúmeros cursos de Licenciatura do Campo e de Pós-Graduação em Educação do Campo, entre outras. Novos parâmetros, algumas conquistas apesar de a LDB mencionar a oferta da educação básica para a população rural, essa compreensão não é a mesma dos movimentos sociais e da academia científica em relação à educação do e no campo. A conquista do direito à educação no Movimento, de acordo com Caldart, ocorreu como resultado de muita luta. Os

primeiros “[...] a se mobilizar foram as mães e professores, depois os pais e algumas lideranças do movimento” (CALDART 2000, p. 145). Não dá para deixar de reconhecer algumas conquistas.

Conforme a LDB (1996: Art. 28, I-III), a Educação do Campo pode e deve ser diferente. Suas diferenças compreendem: (I) conteúdos e métodos que devem adaptar-se à realidade dos povos do campo; (II) organização escolar diferenciada, capaz de permitir adequações no calendário escolar (plantio e colheita) e respeitar condições locais (natureza do trabalho no campo, locomoção, horários das aulas). (LDB,1996: Art. 28, I-III, p. 43)

Conforme CALDART (1998), as escolas do meio rural geralmente são mera reprodução da escola urbana.

Então, partir do que os professores estavam fazendo nas escolas de assentamento foi o primeiro passo para começarmos a formular uma proposta pedagógica própria para o meio rural, a partir da realidade específica dos assentamentos. Desde este momento apostamos muito na formação dos professores, dos educadores, como sendo um dos eixos fundamentais para garantirmos uma educação diferente. (CALDART, 1998, p. 41)

No Estado do Paraná temos as diretrizes Curriculares da Educação no Campo, que contempla eixos temáticos, voltados para os conteúdos escolares que fazem a partir de uma tríplice problemática, a saber: 1.Trabalho: divisão social e territorial; 2.Cultura e identidade; e 3.Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável. (SEED/PR, 2006, p. [35]).

Nela concepção de escola do campo se traduz como um “local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade” e como “local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana”. (SEED/PR, 2006, p. 29).

2.2. CONHECENDO O COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PADRE VICTOR COELHO DE ALMEIDA – E.F.M.

O colégio escolhido para estudo chama-se Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida – E.F.M., localizado na área rural do município de Pitanga, fundado em 1990 tendo em vista a necessidade de atender a comunidade remanescente dos anos iniciais do ensino fundamental devido a dificuldade de deslocamento para a sede do município. Depois do processo burocrático, através da resolução 3.507/90, DOE 06/12/1990 criou-se a escola, mas somente de 5ª a 8ª série, ensino fundamental. O conselho estadual através da resolução 336/06 foi favorável a autorização de oferta de ensino médio.

Está em funcionamento em prédio um municipal por tempo indeterminado e mantido pelo Governo do Estado do Paraná. O Colégio Estadual Padre Victor Coelho de Almeida – EFM, “a escola do XV” como todos a conhecem na região, não funciona no regime de alternância como a casa familiar rural, nem adota práticas de itinerância como as escolas de assentamento. Mas a sugestão de mudança da nomenclatura para escola do campo se deu a partir da Secretaria de Estado do Paraná (SEED/PR), para escolas que estavam fora do perímetro urbano.

E a partir de 2012/2013, foi adotada a nova nomenclatura que provocou inquietação a direção, equipe pedagógica e professores do Colégio. E a primeira necessidade de mudança foi na apresentação dos conteúdos que entendeu-se, deverá ser voltada à educação no campo. Então houve a busca por apoio em leituras, estudos, e com esta, uma parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO de Guarapuava, que aconteceu com a oferta um curso de educação no campo em modalidade de formação continuada aos profissionais da escola. A Universidade ainda estará apoiando a mudança no P.P.P. prevista para o início de 2014, na reunião pedagógica.

2.3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico descreve as metas, objetivos sonhos que a escola quer realizar no contexto em que está inserida. Ele é o conjunto destas aspirações e os possíveis meios de como realizá-las. Analisando seu nome podemos concluir:

É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>, acesso em 28/01/2014)

O P.P.P. é como um guia do qual se utilizam direção, equipe pedagógica, professores, funcionários. Alunos e famílias para orientação, conhecer mesmo os objetivos para a aprendizagem dos alunos. Ele também é uma amostra do planejamento que é consultado a cada decisão visando cumprir metas, mas sempre deve-se lembrar que o P.P.P. de uma escola nunca está acabado, guardado, pronto, sempre é possível mobilizar esforços para resgatá-lo e repensá-lo de acordo com as necessidades de uma aprendizagem eficiente.

Então, levando em conta que um texto de P.P.P. descreve como a escola vai promover a aprendizagem de seus alunos, como se deu processo da construção do documento, o que se discutiu, pesquisou, leu sobre temas relevantes, também podem constar. Características com o a filosofia da escola, sua missão a diferencia de outras instituições. É esta a característica do projeto político pedagógico 2014 marcar a ação educativa em prol da comunidade da escolar.

Assim as atitudes do O Colégio Estadual Padre Victor Coelho de Almeida na construção do P.P.P. são para caracterizá-lo como uma escola do campo que atende as necessidades da comunidade na qual está inserida. As adequações feitas na metodologia utilizada para atender este propósito onde cada disciplina enfocava seus conteúdos direcionando-os ao tema do plano de trabalho docente único para a turma, enfocando necessidades na mesma, elencados por um inventário feito pela direção, equipe pedagógica, instâncias colegiadas. Tudo isso será descrito juntamente com os trabalhos dos conteúdos da Diretriz Curricular utilizada no Estado do Paraná

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido no contexto da adequação do Projeto Político Pedagógico à mudança da nomenclatura no Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida, Pitanga/PR.

Visitas à escola, entrevistas com a direção, equipe pedagógica e agentes educacionais e através da documentação escolar disponibilizada pelo colégio pela Secretaria Estadual de Educação o andamento do processo de ensino aprendizagem. Verificou-se que para atender as necessidades da comunidade escolar, houve empenho na elaboração de um plano de ação docente a ser trabalho por todos os professores na mesma turma.

Atender as necessidades da comunidade escolar foi a base para um processo que será contínuo, adaptado a realidade, reelaborado quando necessário, como previsto para 2014 na construção do P.P.P. que retratará o colégio e suas características.

Não é uma atitude fácil, exige dedicação já que cada turma é única e tem sua individualidade a se atender. Os professores, os alunos num primeiro momento tiveram que se adaptar à nova perspectiva.

A semente foi plantada, a mudança iniciou e se retratará em 2014.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que a forma de trabalho educativo do Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida – EFM, “a escola do XV”, traz o conceito de que o professor é um animador que, por princípio, deve conhecer "o chão da escola", adaptando-se às suas necessidades e às características próprias de cada realidade. Deve caminhar “junto”, intervir o mínimo indispensável, embora não se furte, quando necessário, a fornecer uma informação mais sistematizada.

Recebendo o acréscimo “do campo”, a mudança não ocorreu somente na nomenclatura, ou vai acontecer somente na documentação da escola. Será além, trará mudanças na estrutura prática da equipe pedagógica e ação docente, tudo será pontuado no Projeto Político Pedagógico. O que se vê no Colégio é a mesma educação proposta pela Diretriz Curricular do Estado do Paraná, mas a maneira com este passou a ser ofertado é que faz diferença. (P.P.P. 2014).

4.1 OS TRABALHOS PELA MUDANÇA DO P.P.P

Este processo de mudança do P.P.P., prevista para fevereiro de 2014, será orientado pela UNICENTRO, que fornecem suporte na formação continuada dos profissionais da escola.

As mudanças previstas no Projeto Político Pedagógico caracterizarão o colégio descrevendo os planos de ação docente, e como serão articulados entre si.

Esta nova nomenclatura transparece o que a escola é, um colégio que atende alunos do campo, está inserida nesta comunidade, tem a participação dela e então deve ser retrato dela, trazer melhoras à ela. (P.P.P. 2014 ainda em construção).

Houve a mudança no planejamento que se tornou coletivo. Foi feito um levantamento de dados da comunidade, um inventário com o qual a caracterizamos: tipo de trabalho (assalariado, arrendatário...), moradia, renda,

auxílios e bolsas, composição familiar, relação com o meio ambiente, entre outros.

A partir deste inventário trabalham-se os conteúdos da diretriz de cada disciplina, onde se pode encaixar o conteúdo juntamente com uma necessidade da comunidade naquele ano/idade. Este conteúdo é exposto aos alunos, que acompanham o desenvolvimento dos trabalhos de forma participativa. Eles sabem o que é trabalhado e porquê. Como o planejamento é exposto, visível a todos, a comunidade o conhece, participa, intervém, os alunos veem e articulam o conteúdo sabem quando os professores trabalham o mesmo tema, há aquela fala: “ *o professor já falou disso... já estamos vendo isso também na outra disciplina...*”, é significativo a todos.

4.2 RESULTADOS OBTIDOS

Este é trabalhado para a comunidade do campo a qual estamos inseridos, a partir de suas características e necessidades, buscando auxiliar na formação consciente deste cidadão do campo, com conteúdos comuns da diretriz estadual resignificados pela proximidade que estão do seu dia a dia. Com o planejamento coletivo a partir do inventário da comunidades, isto tem se tornado real.

E será melhorado. Algo mais será feito para que a expressão do campo seja um fato, sim, como sabemos, ainda está se começando, a medida que novos alunos chegarem, o planejamento deve ser revisto, novas atitudes deverão ser tomadas, é um processo.

É um processo. Como tal, vê-se com o 6º ano por exemplo, que já iniciou dentro deste plano coletivo aplicado no Colégio Estadual Padre Victor Coelho de Almeida – EFM, “a escola do XV” ,será mais fácil e serão visto mais resultados. Com as turmas maiores isso será menos visível, até deles há uma resistência. Houve mudança de interação entre os professores, eles conversam sobre planejamento durante o intervalo, o serviços gerais também conhece o planejamento, este é exposto, todos os resultados alcançados são divulgados.

O primeiro passo foi então, como já mencionado, a organização dos saberes escolares, ocorre no interior das diferentes disciplinas da Base Nacional Comum (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Matemática, Ciências, História, Geografia, Ensino Religioso, Língua Estrangeira Moderna, Biologia, Física, Química, Sociologia e Filosofia), articulando os conteúdos sistematizados com a realidade do campo. Por sua vez, o segundo passo ocorre pela criação de disciplinas para compor a parte diversificada da matriz curricular. Um bom exemplo disso na experiência de alguns municípios do Paraná foi a criação das disciplinas de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Agroecologia, nos cursos Fundamental e Médio. (SEED/PR, 2006, p. 45)

Houve resistência a princípio, mesmo por parte dos alunos. Ainda há, por parte de professores, uma não aceitação em compartilhar seus planos. Mas a grande maioria percebe os resultados professores e alunos, a melhora de rendimento, de participação nas aulas. O conhecer o planejamento coletivo, saber o que e porquê estão aprendendo e trabalhando de tal maneira, faz haver a ligação entre teoria e prática.

As expectativas sempre existem, já que as mudanças no processo não chegam a um fim, é uma caminhada buscando melhorias, estratégias, metodologias que melhor atendam as necessidades da comunidade da qual a escola faz parte.

Depois da mudança do P.P.P. veremos como esta direção, equipe pedagógica, professores, agentes educacionais, A.P.M.F., pais, comunidade em geral e alunos, demonstrarão em sua interação com as mesmas refletindo numa sociedade do campo consciente de sua importância, de sua cidadania, resignificando seus valores, suas atitudes em sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta realidade em mudança, uma vontade de fazer a diferença na formação destes alunos em cidadãos conscientes de seus papéis e lugar na comunidade que o cerca, é que se vê no Colégio Estadual do Campo Padre Victor

Coelho de Almeida – E.F.M., do município de Pitanga. As particularidades deste processo em andamento serão pontuadas no Projeto Político Pedagógico do colégio. As mudanças que ocorreram, ocorrem ou ainda virão estarão pontuadas nele.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. Imagens quebradas. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (Lei 9394/96). Brasília: MEC, 1996.

_____**Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:** Resolução CNE/CEB nº. 1, de 3 de abril de 2002. Brasília: MEC, 2002.

_____**BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília/DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 10 mar. 2011.

_____**[Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.** Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 11 set. 2011.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogias do Movimento Sem Terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____**Educação no MST: luta política e projeto pedagógico.** In: I e II Conferências de Educação (Anais). Cascavel: Edunioeste, 1998.

_____**Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção.** In: Educação do campo: identidade e políticas públicas - Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

CARVALHO, Jose Murilo de. A Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10 ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008.

CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO NO CAMPO, disponível em: <http://educampoparaense.org/site/media/biblioteca/pdf/Colecao%20Vol%5B5%5D.pdf>, acesso em: 02 de abril de 2014

ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A ELABORAÇÃO DO PPP EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS disponível em:

http://www.nre.seed.pr.gov.br/nre/umuarama/arquivos/File/educ_esp/orient_ppp_anos_inic.pdf

Acesso: 02 de abril de 2014

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 30 maio 2011.

FREIRE, Paulo., **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____**Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 10 ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____**Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971

GESTÃO ESCOLAR, O que é o projeto político-pedagógico (PPP), <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>, acesso em 28/01/2014

KOLLING, Edgar J. (org.). **Por uma educação básica do campo (Memória).** São Paulo: Peres Gráfica e Editora, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 2008.

MICHAELIS, Dicionário (Uol). Campo (verbetes). Disponível no site: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=campo>. Acesso: 23 de Nov./2012.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Setor de Educação). **Escola Itinerante em acampamentos do MST.** São Paulo: Peres Gráfica e Editora, 1998. (Coleção Fazendo Escola)

_____**Nossas bandeiras: cultura.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>. Acesso: 23 de Nov./2012.

PARANA. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Curitiba: SEED/PR, 2006
SNYDERS, George. **Pedagogia Progressista.** Lisboa (Portugal): Moraes, 1981

REVISTA ABRIL_____

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia,** São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTANA, Djárcia. **A LDB e a educação do campo.** 2006. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/721/1/A-Ldb-E-A-Educacao-Do-Campo/pagina1.html>>. Acesso em: 16 maio 2011.